

**Associativismo no ABCD:
A Memória das Associações Comerciais e Industriais na região.**

AUTORAS

PRISCILA FERREIRA PERAZZO

Universidade Municipal de São Caetano do Sul - IMES
prisperazzo@ig.com.br

CARLA SORTINO BASSI

Universidade Municipal de São Caetano do Sul - IMES
carla_bassi2@yahoo.com.br

Resumo

Esta pesquisa, de natureza exploratória e qualitativa, parte das características, do modo de pensar e de se organizar dos gestores das associações comerciais e industriais. Por meio de um estudo de memória, objetiva identificar como esses gestores entendem o conceito associativista e, a partir deste, contribuem para o desenvolvimento sócio-econômico de Santo André, São Caetano do Sul e Diadema.

Busca-se aprofundar o conhecimento acerca do associativismo, suas possibilidades, suas percepções sobre as principais funções das associações e suas relações com o município no entendimento dos gestores. Pretende-se que os resultados contribuam na identificação de propostas sobre vias de desenvolvimento pelas lideranças empresariais e proporcionem elementos para promoção de estratégias voltadas à interação das cidades dessa região.

A metodologia adotada é a História Oral, que parte de depoimentos das pessoas, gravados em áudio em entrevistas com as pesquisadoras. Por esses depoimentos é possível perceber a relação dialética entre o passado e o presente, pois o presente está descrito na lembrança do passado e ao mesmo tempo, a narrativa dos “fatos da memória atam relação com o novo acontecer” (ALVES, 1999, p.77). Desse modo, entre o sujeito e o objeto de conhecimento está a palavra, mediadora no processo de formação de sentidos.

Abstract

This research, of exploratory and qualitative nature, is based on the characteristics, the way to think and to organize of the trade association's managers of the cities of Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul and Diadema. From a memory study, it had as objective to identify the roles of these trade associations and their practices of association in the economic and social development process of the ABCD region. That is, to deepen the knowledge and understanding on the main managers about the concept of association and its possibilities of practical application, their perceptions on the main functions of the associations and their relations with the city where they are inserted.

The methodology was people's oral reports, recorded in audio during the interviews with the researcher. It was possible to perceive the dialectic relation between the past and the present, therefore the present is described in the remembering of the past and at the same time, the narrative of the “memory facts ties relation with the new to happen” (ALVES, 1999, p.77). In this manner, between the subject and the object of knowledge it is the Word, mediating in the process of formation of directions.

Palavras-chave: Associativismo, Memória, Região.

INTRODUÇÃO

A história mostra que desde a antiguidade, a sociedade busca formas de se organizar frente às mudanças que caracterizam a evolução dos tempos. E, freqüentemente, organizam-se por meio da associação de pessoas. De torcida de futebol a escola de samba, tem-se inúmeras formas de associação, o que evidencia a importância de se entender o associativismo, suas transformações e suas potencialidades nos atuais contextos da vida comunitária e local. Dessa forma, propõe-se aqui uma pesquisa que retome o associativismo nas cidades de Santo André, São Caetano do Sul e Diadema, a partir do resgate da memória social das suas associações comerciais e industriais.

Estudos de memória podem se fundamentar na metodologia da história oral. Segundo Alves (1999, p. 78), optou-se por métodos de recuperação da memória, pois essa “se faz condição de conhecimento do novo acontecer, determinante de sentido que não esgota o real em sucessão, mas se apresenta como laço em meio a tantas rupturas”. Ou seja, o resgate dos fatos significantes que marcaram a lembrança de seus gestores resultará em um importante conhecimento da representação dessa entidade na região e seus reflexos no desenvolvimento da localidade.

Visto que as Associações Comerciais e Industriais movimentam o cenário social, econômico e político da região, perguntou-se:

Qual a idéia de associativismo expressa nas narrativas orais dos gestores das associações comerciais e industriais? E, como os gestores se posicionam acerca da representação dessas entidades nas suas cidades, a partir da filiação dos estabelecimentos comerciais e industriais a essas associações?

As respostas a estas perguntas vêm com a exploração e organização sistematizada das narrativas orais dos gestores das Associações Comerciais e Industriais de Santo André, São Caetano do Sul e Diadema, desde a década de 1970 até sua atual administração, por meio da metodologia da história oral e pela pesquisa documental, a partir da qual surge as indagações que serão buscadas nesse texto.

Assim, pretende-se identificar as narrativas dos gestores entrevistados que expressem suas idéias sobre associativismo e representação das suas entidades. Também é objetivo desse trabalho estabelecer relações entre os trechos narrativos identificados e as posições teóricas apresentadas pela literatura do associativismo.

Esse estudo volta-se para a identidade regional à medida que retoma a história dessas entidades e suas relações com a região. Por meio da história oral apreendem-se características específicas dessas entidades em cada uma das cidades e pelo estudo da memória é possível inferir sobre a representação e os significados simbólicos do associativismo.

Essa delimitação propicia a construção das representações e significados simbólicos, partindo-se da concepção de que a realidade social é constituída por relações que serão apresentadas nos discursos (SILVA, 2001), situação esta reproduzida também nos depoimentos que serão coletados nesta pesquisa.

PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO

Associativismo e diversidade de significações na discussão dos especialistas

Com as grandes transformações que têm ocorrido no contexto mundial, principalmente pelo surgimento de novas tecnologias, vê-se conseqüentes mudanças socioeconômicas como: grandes fusões empresariais, valorização do meio ambiente e mudanças nas formas de organização da sociedade. Também o conceito de associativismo vem se modificando e incorporando diferentes significações.

Ao longo dos anos a idéia de associativismo transformou-se. Fora historicamente atrelado a bases homogeneizantes, religiosas e até mesmo raciais, mas, hoje em dia, incorpora a pluralidade social. Na América Latina, mudanças ocorridas a partir da década de 1970 levaram as organizações a uma tendência de homogeneização dos interesses representados, como é o caso das associações, que substituíram as defesas de interesses genéricos de classe ou de uma identidade genérica pela pluralidade e particularidade de demandas gerando assim a luta por direitos diferenciados. (AVRITZER, 1997).

O exame da literatura revela um conjunto de problemas emergentes, sobretudo das relações antigas entre o homem, o trabalho e as desigualdades econômicas. Dessa relação desponta o associativismo, como resposta às necessidades de mudança nas atitudes e no comportamento da sociedade. Entender essa relação pode nos fornecer elementos, que podem contribuir ou ser um entrave, na possibilidade de inserção do homem no mundo do trabalho e na sua busca pela redução das desigualdades socioeconômicas.

A união de empresários tem sido analisada por meio dos conceitos de fusão empresarial, clusters e outras formas de redes. Todavia, neste caso, a abordagem será a do associativismo competitivo empresarial, organizado nas associações comerciais e industriais.

Na região do ABC, a partir da década de 1930, surgiram as Associações Comerciais como entidades organizadoras e representativas de comércios locais. Antes disso, a partir de 1917, o centro do comércio e da indústria do Estado de São Paulo era absorvido e tutelado pela Associação Comercial de São Paulo, apesar desta ter sido criada em 1894 (JAIME, 2005).

Atualmente são 2.038 associações comerciais e industriais que associam mais de 2 milhões de empresários por adesão voluntária em todo país. Essas entidades reúnem pessoas físicas e jurídicas, de todos os setores da economia, de forma espontânea, segundo a CACB - Confederação das Associações Comerciais do Brasil (entidade de âmbito nacional, formada por 27 federações, representantes de cada um dos estados). Instituída como uma organização multissetorial, representante de empresários do comércio, indústria, agropecuária, serviços, finanças e profissionais liberais, de micro, pequena, média e grandes empresas.

As Associações Comerciais e Industriais são entidades corporativistas, não meramente representantes de determinados setores da economia, mas entidades prestadoras de serviços, desde a simples reprodução de documentos a consultas de proteção ao crédito, treinamentos, parcerias, convênios e, principalmente, o fomento de discussões sócio-econômicas sobre questões gerais e de âmbito municipal, estadual ou federal.

Encontra-se uma diversidade de definições e posições em relação à idéia de associativismo. O SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2006) o define como qualquer iniciativa formal ou informal que reúna um grupo de pessoas ou empresas, com o objetivo principal de superar dificuldades e gerar benefícios econômicos, sociais ou políticos. Porém, Baierle (2000) define o novo associativismo como potencial de luta pelo acesso às cidades e à cidadania e impulsor da abertura democrática e participativa. Avritzer (1997) defende a idéia explicando que a desigualdade na distribuição da renda afeta a organização social da população e esse dado também contribui para o surgimento do fenômeno associativista. Kerstenetzky (2003), por sua vez, considera que a vida associativa tem uma boa intencionalidade política advinda da alegada qualidade redutora de desigualdades políticas.

Para essa pesquisa, as definições de Kerstenetzky parecem mais apropriadas, pois essa “intencionalidade política” pode ser um dos motivos que levou os empresários dessas três cidades à vida associativa. A autora, também coloca que “há evidências preocupantes de que a participação associativa seria compatível com a produção ativa de apatia política, por meio, por exemplo, de uma etiqueta cívica apolítica, coletivamente

elaborada” (KERSTENETZKY, 2003, p.132), o que se poderá também perceber nas narrativas de gestores das associações que firmam entrevistados para essa pesquisa.

Parte da literatura acerca do associativismo aponta para sua relação com as modalidades de atuação política (ALMOND e VERBA, 1963) e outra parte relaciona-o a organizações coletivas voltadas à geração de emprego e renda em comunidades específicas. Há, ainda, contrapontos entre essas análises, apontando para outro cenário que, segundo Polack (1982 apud KERBAUY, 2002, p.256) considera como subsidiária a relação entre associativismo e participação política, sendo que essa correlação não é automática.

Dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em sua pesquisa SUPPME - Suplemento da Pesquisa Mensal de Emprego, de abril de 1996, classificam o associativismo em três dimensões: a sindical, a de classe, que reúne as categorias profissionais e econômicas (objeto de estudo dessa pesquisa) e o comunitário, que reúne associações de bairro, religiosas, recreativas e filantrópicas.

Em 1996, o IBGE apontou que 31% dos 22,5 milhões de pessoas pesquisadas, com 18 anos ou mais, tinham vínculo associativo na seguinte proporção: 53% em sindicatos, 39% em órgãos comunitários e somente 8% em associações de classe. Esses dados demonstram a baixa participação da população na vida associativa (31%) e sua reduzidíssima adesão às associações de classe (8%). Os dados de pesquisa como da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE referem-se às categorias do associativismo religioso, de bairro, filantrópico, esportivo/ cultural e de empregados, o que levou Ferreira (1999, p. 91) a concluir que “apesar de todas as transformações ocorridas na sociedade no referido período, não houve mudanças significativas no associativismo”. Porém, o que se pode observar é que os dados que indicam o baixo percentual de participação/ filiação de pessoas destoam de dados sobre o acréscimo acentuado no número de constituições dessas associações (FERREIRA, 1999), pois como o entendem Boschi (1987, apud Kerbauy, 2002) e Avritzer (1997), parece ter havido um aumento da participação associativa no país.

Canterle (2002) defende a idéia de que o associativismo constitui-se numa exigência histórica e profunda de melhorar a qualidade da existência humana, pela troca de experiências e da convivência entre as pessoas.

Os projetos de cooperativismo e associativismo, segundo Pomar (2001), são mecanismos de apoio comercial, destinados a realizar pesquisas de mercado e abrir canais de comercialização, por isso devem ser massivos.

Outro aspecto a ser ressaltado em relação ao processo de construção da ação coletiva, segundo Silva (2001), refere-se à necessidade de se considerar a diversidade dos agentes em termos do comprometimento e envolvimento com o ato coletivo. Esta diferenciação é importante no sentido de destacar que o processo de construção da ação coletiva é dependente da intervenção de um pequeno grupo de ativistas que, mesmo sendo numericamente pouco significativo, pode ter um forte significado social em determinadas conjunturas, pois:

a força do coletivo se faz com um sentimento social livre do individualismo, em que cada um seja capaz de usar sua liberdade para ajudar os outros a se libertarem, através da transformação global da sociedade (FREIRE, 1987, p.135).

Apesar do associativismo ser um fenômeno detectado nos mais diversos lugares sociais, ele é predominantemente entendido com um sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida (FRANTZ, 2002). Todavia Kerstenetzky (2003, p.132) ao contrário, pontua que “se parece haver benefícios próprios de uma vida associativa particularmente rica, o potencial desta em reduzir desigualdades socioeconômicas e, por extensão, desigualdades políticas não parece claro”.

No Brasil, particularmente na década de 1980, vivenciou-se um momento favorável à prática associativista. Neste período de redemocratização do país, o associativismo foi estimulado pela legislação, que consagrou a liberdade de associação com o artigo 174, § 2 da Constituição Federal Brasileira que define:

a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo”. Determinou-se no artigo 5º, inciso XVIII, que “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento (Constituição Federal Brasileira, 2006, p.23 e 123).

REVISÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO

O associativismo empresarial

A revisão da literatura tem demonstrado muitos estudos acerca do associativismo, porém poucos apresentam dados referentes ao associativismo de empregadores. Esse momento favorável, no qual se percebeu um acréscimo considerável na quantidade de constituição de novas entidades voltadas ao associativismo, pode ter representado ao associativismo empresarial uma fragmentação pouco benéfica, uma vez que propicia a descaracterização da unidade em torno de uma única organização para o setor.

Corroborar com essa visão o artigo sobre “As limitações e Incertezas do Associativismo Empresarial” de Mário Martins Baptista, que afirma existir em Portugal uma preocupação em torno da dispersão nacional, setorial e regional do associativismo empresarial, uma vez que resulta na inexistência de uma organização de cúpula que as represente (BAPTISTA, 2005).

Essa dispersão destoaria com o conceito de associativismo forjado na “união fraterna” conforme significado evocado pelas metáforas de comunidade do novo associativismo segundo Atílio Machado Peppe (1992, p.131). O individualismo institucional, o imobilismo inibidor e a falta de visão estratégica são motivos que assumem particular relevância no processo conducente à constituição de uma única entidade que represente as empresas de cada setor. Esclarece Baptista (2005) que por falta de visão estratégica das empresas entende-se a convicção individual de cada uma das delas de que conhece bem o seu mercado e a concorrência e que poderá avançar sozinha.

O individualismo institucional dificulta o diálogo entre as várias entidades associativistas, além do fato de existir uma acirrada disputa pelo protagonismo e pela capitalização dos louros diante da realização dos projetos. Reforça esse individualismo a divergência sobre a competência de atuação de cada entidade que, por vezes, se vêem sobrepondo esforços separadamente frente às mesmas bandeiras de luta.

Como se não bastasse a fragmentação em torno da existência de muitas entidades, temos ainda a confusão em torno dos conceitos de associativismo, corporativismo, cooperativismo e empreendedorismo. Em termos gerais os termos citados com exceção do empreendedorismo, pressupõem a reunião de pessoas para obtenção de um objetivo comum. Somente o empreendedorismo pode ser desenvolvido individualmente, todos os demais pregam a adesão voluntária.

O associativismo defronta-se com a multiplicidade de possibilidades de estruturação, dessa forma os empresários podem organizar-se em associações, corporações, cooperativas, incubadoras e APLs - Arranjos Produtivos Locais.

O novo associativismo

O associativismo no Brasil teve sua origem no período colonial com a formação de irmandades religiosas das quais se destacam as Santas Casas de Misericórdia,

com formação homogeneizadora, pois requereriam comprovação da pureza sanguínea, da situação econômica e dos antecedentes religiosos dos seus associados. Têm o objetivo de promover atividades de solidariedade social, como alimentação aos necessitados, cuidado aos doentes e o abrigo aos viajantes.

Na década de 1870 surgem os clubes abolicionistas no Rio de Janeiro, Ouro Preto e Recife (TOPLIN, 1971 apud AVRITZER, 1997), que são clubes de participação voluntária que admitiam a adesão de mulheres e realizavam manifestações públicas para discussões de conteúdo moral. Seguidos por associações de ajuda mútua, constituídas por brasileiros e imigrantes que buscavam a previdência de seus filiados.

Para Avritzer (1997), existem três tipos de associações voluntárias: o associativismo religioso, estruturado em termos de hierarquia e de restrição a livre entrada de membros; as associações de ajuda mútua, constituídas por brasileiros e imigrantes que buscam a previdência de seus associados, as quais no censo de 1912 eram poucas, porém com largo contingente de filiados e, o terceiro tipo: os clubes liberais, organizados no México com a participação de professores, estudantes e profissionais liberais que defendiam o anti-clericalismo, o anti-reelecionismo, a liberdade de imprensa e a difusão de uma educação cívica (AVRITZER, 1997, p.159).

Uma análise que esse autor traz sobre esse associativismo, mostra que resulta num modelo que conduz à homogeneização do espaço público, por agregar na esfera societária interesses idênticos de trabalhadores e camponeses, nos quais “a forma por excelência da ação coletiva constitui a ação partidária visando à integração no Estado” (AVRITZER, 1997, p.160). O autor remete-se à própria debilidade da sociedade, pois o associativismo civil latino-americano originou-se de uma sociedade com alto grau de desequilíbrio no poder dos diversos grupos e com a existência de uma altíssima continuidade dos indivíduos, dos partidos e das práticas políticas, gerando continuidade das práticas clientelistas nas relações entre Estado e sistema político, assim como ainda presenciamos atualmente.

O novo associativismo civil é caracterizado, segundo Avritzer (1997) por três componentes básicos: o aumento expressivo no número e no ritmo de constituição de associações civis nas sociedades latino-americanas, seu movimento de pluralização da ação social em substituição ao padrão homogeneizante de ação coletiva, com a inserção de novos atores, destacando-se aqui a classe média e novos temas, com a inclusão das questões relativas aos direitos humanos, à ecologia e a questão do gênero e da raça. E por fim, percebe-se uma diferenciação dos objetivos, que já não buscam mais sua incorporação ao Estado, e sim uma maior visibilidade do sistema político, atuando em questões específicas voltadas ao aprofundamento da democracia. Ainda segundo esse autor, o novo associativismo civil pode contribuir com a “superação dos elementos de continuidade que caracterizam a relação entre Estado e sociedade política na América Latina” (AVRITZER, 1997, p.153).

Um novo associativismo empresarial surge nos discursos e práticas dos anos 1990 e refere-se “às redes de organizações que se estruturam em torno de temáticas como a filantropia empresarial, o investimento social empresarial, a cidadania corporativa e a responsabilidade social” (JAIME, 2005, p. 961). Um exemplo dessa estratégia diferenciada de inserção das elites empresariais é o GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, institucionalizado em 1995.¹

¹ O GIFE é a primeira associação da América do Sul a reunir empresas, institutos e fundações de origem privada ou instituídos que praticam investimento social privado, repasse de recursos privados para fins públicos por meio de projetos sociais, culturais e ambientais. Disponível no < <http://www.gife.org.br/>> acesso abril de 2007.

A Memória das Associações e as lembranças dos gestores

Organizar a memória de um fato, lugar e/ou época ajuda a construir a identidade e a entender o desenvolvimento de determinada região pela valorização da sua cultura e da sua história. O tempo e o espaço são variáveis fundamentais na atuação da memória e esta, por sua vez, tem um papel fundamental no processo de representação.

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora” (BOSI, 2004, p. 36)

Uma das formas da memória é a imagem-lembrança, cujas lembranças são independentes de quaisquer hábitos, ou seja, são isoladas, singulares e constituiriam autênticas ressurreições do passado. Esta traz à tona um momento único, não repetido e irreversível (BOSI, 1994).

Nessa pesquisa a participação dos presidentes das associações ao longo de sua existência revela um espaço de responsabilidades que remete às parcerias e relações mutuamente proveitosas, cujas transformações caminham em etapas, solidária e sustentadamente organizadas em suas memórias. Estas, por sua vez, fazem-se conscientes e ativas do seu próprio desenvolvimento. Dessa forma, a pesquisa servirá como um referencial sobre o passado e o presente de específico grupo social - os executivos nas associações comerciais ancorados nas suas tradições e intimamente associados às mudanças sócio-políticas e culturais.

Nesse sentido, o campo da Administração, assim como muitas outras disciplinas, apropria-se do estudo da memória para “[...] entender a complexidade das imbricações entre fronteiras e identidades, memórias amplas e imaginários do presente em que um passado apagado emerge tenaz, embora nebuloso, nas entrelinhas que escrevem o presente.” (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 61)

Vivemos hoje um novo tempo, com “novas comunidades, com novos modos de perceber e de narrar a identidade. Culturas eletrônicas, audiovisuais e musicais ultrapassando as culturas letradas ligadas à língua e ao território”(MARTÍN-BARBERO, 2003, p.66). Tendo em vista essa pluralidade atual, vê-se que “a abrangência de possibilidades permitidas pelo método da história oral, que, além da pedagógica e interdisciplinar, está relacionada ao seu importante papel na interpretação do imaginário e na análise das representações sociais” (FREITAS, 2002, p. 15).

As lembranças dos indivíduos podem ser entendidas como construções coletivas (HALBAWACHS, 1990). Nesse sentido as pessoas narram acontecimentos já vividos a partir de seu ponto de vista, com base no momento presente, ou seja, o acontecimento ou o objeto motivo das rememorações estão ausentes. (LE GOFF, 2003).

Também a seletividade e o esquecimento estão presentes no processo da memória, uma vez que “do ponto de vista psicanalítico, o esquecimento não é visto como um fenômeno passivo ou uma simples deficiência do organismo. As lembranças que ‘incomodam’ são expulsas da consciência, mas continuam atuando sobre o comportamento no inconsciente” (FREITAS, 2002, p. 61). Nas palavras de Le Goff “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (LE GOFF, 1996, p. 476).

Um novo olhar amplia o entendimento sobre a memória e lhe atribui uma forma de exercício de poder, afirmando que “não são todos os acontecimentos, personagens e

fatos que permanecem nas memórias. Eles são, antes, exercícios de escolha, frutos de partilhas, encontros e atos coletivos que lhes propiciam sobrevivência e sentido” (ZANINI, 2005, p. 116).

METODOLOGIA

Explorar a memória, por meio das lembranças e dos esquecimentos dos principais gestores das associações, possibilita a análise do discurso de depoimentos que carregam em si a marca do empresariado regional e sua evolução com o passar dos anos, suas preocupações frente aos fatos de cada época, a forma como suas ações relacionaram-se com o desenvolvimento da localidade e principalmente como entendem e praticam o associativismo nas suas entidades.

É preciso reconhecer que as memórias individuais são construídas a partir de vivências que os sujeitos experimentaram no curso de suas vidas, no interior de grupos sociais. A pesquisa desenvolve-se por meio de entrevistas feitas com base nas técnicas de história oral, que por sua vez, delimitam um método de constituição de fontes orais com técnicas específicas e complexas, que demandam uma metodologia própria para coleta e análise dos dados.

O processo de seleção de entrevistados em uma pesquisa de história oral é uma etapa significativa, pois envolve a observação criteriosa dos possíveis depoentes face ao projeto de pesquisa. Segundo Alberti (1990), esse processo se aproxima da escolha de "informantes" em antropologia, tomados não como unidades estatísticas, e sim como unidades qualitativas - em função de sua relação com o tema estudado, seu papel estratégico, sua posição no grupo etc. Por isso, considera-se que o número de entrevistados deve ser suficiente para viabilizar certo grau de generalização dos resultados.

Para Alberti (2005), nas entrevistas de história oral, a intencionalidade do documento já é dada de saída, quando da própria escolha do entrevistado como pessoa importante a ser ouvida a respeito do assunto estudado.

Considerando-se que o período investigado é de 1970 até a atualidade, abrangendo quase quatro décadas, e que os mandatos presidenciais das associações duravam cerca de dois anos com direito a ilimitadas reeleições, pode-se apreender o volume de dados que se pode construir a partir da gravação de depoimentos de história oral.

Os métodos da história oral, pela característica de suas entrevistas, permitem retirar uma amostra desse conjunto, podendo se entrevistar três ou quatro depoentes de cada uma das entidades, de forma a cobrir diversos períodos da existência de cada uma das associações, somando ao final, 16 gestores entrevistados.

Pesquisando a memória das associações comerciais e industriais pelo relato de seus gestores poder-se-á entender sobre o meio e a época vivenciados, a relação dessas entidades com os princípios associativistas e permitir o conhecimento da região, dos processos, da organização de trabalho e do papel das pessoas nas entidades em que participaram coletivamente. A rememoração das associações comerciais e industriais partirá de levantamento documental e de depoimentos orais gravados em entrevistas de história oral.

Nos depoimentos identificam-se valores que marcaram a memória dos indivíduos no passado, como também valores que são impingidos a esses fatos no presente. E na busca de “características de uma coletividade, a realização de depoimentos pessoais permite-nos captar, a partir das reminiscências, o que as pessoas vivenciaram e experimentaram” (FREITAS, 2002, p.49).

A entrevista será acompanhada pelo pesquisador que, com base em um roteiro, conduzirá as lembranças para que o entrevistado em seu relato forneça os dados necessários ao desenvolvimento da pesquisa e estes depoimentos serão gravados em áudio.

Para a análise dos dados optou-se, nessa pesquisa, por recorrer a algumas indicações interpretativas encontradas no método de análise do discurso, prática científica recente, nascida no século XX, que oferece inúmeras possibilidades de investigação e apresenta procedimentos que expõem o olhar-leitor aos níveis opacos à ação estratégica de um sujeito, possibilitando construir interpretações e captando o sentido oculto que, sem uma técnica apropriada estaria inacessível.

Esse tipo de análise possibilita identificar nos discursos os sentidos gerados pelo sujeito, suas intenções e a forma como as palavras, proferidas ou escritas, são recebidas pelo receptor.

Michel Foucault conceitua a análise do discurso como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1986, p. 136).

Na análise do discurso coloca-se o sujeito do discurso despido de seu domínio sobre o que diz, na medida em que suas palavras revelam seu inconsciente e sua ideologia. Nessa perspectiva Indursky (1998, p.116) descreve que “o sujeito é duplamente afetado: em seu funcionamento individualizado, pelo inconsciente e, em seu funcionamento social, pela ideologia”. Alves (1998) acrescenta:

[...] cabem as posições de vanguarda e de protesto, posições tradicionais e reacionárias, o senso comum e a posição forasteira, a seqüência esperada e a novidade desconcertante, a possibilidade de se reconhecer o comunismo e o clientelismo, o modo sutil ou violento de administrar o poder (ALVES, 1999, p. 80).

O método da análise do discurso possibilita interpretar a intenção daquele cuja fala é conservada pela escrita, considerando as questões ideológicas carregadas historicamente, ou seja, produzindo sentidos de acordo com seu lugar social. Dessa forma, permite captar a cultura e o meio que originou um documento, possibilitando melhor compreensão das condições que permitiram sua existência; numa conversa o locutor posiciona-se e posiciona o outro pois, ao falar, seleciona o tom, as figuras, os trechos de histórias e os personagens que correspondem à posição assumida diante do outro.

Nessa pesquisa a opção pela análise do discurso deve-se ao fato desse método privilegiar a pesquisa qualitativa, possibilitando uma abordagem teórico-metodológica das narrativas orais e possibilitar a compreensão e resolução de questões referentes aos sujeitos de uma sociedade e os efeitos de sentido produzidos por seus diferentes discursos, verbais ou não.

A análise do discurso considera ainda a “historicidade” do sujeito apontando que sua fala surge a partir de suas experiências. Também o silêncio tem significado e sentido. Segundo Eni Orlandi há muitas formas de silêncio: “o silêncio imposto” e o “silêncio proposto”. Se imposto, pode sugerir dominação ou auto-proteção e se proposto pode representar resistência (ORLANDI, 1992 *apud* SILVA, 2004)²

Em função disso, a partir do referencial foucaultiano, será possível investigar os documentos e os depoimentos dos principais gestores das associações comerciais e industriais, de forma a estabelecer a relação entre discurso e poder e dar conta das relações históricas e das práticas concretas “vivas” nos discursos.

² III Congresso Brasileiro de Hispanistas da Associação Brasileira de Hispanistas do DLLE - Departamento de Língua e Literatura Estrangeira -

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como se trata de pesquisa em andamento apresenta-se aqui alguns resultados parciais obtidos a partir da análise dos depoimentos. Sabe-se que “[...] significados e interpretações diferentes podem ser dados a palavras, categorias ou expressões aparentemente idênticas” (VELHO, 1999, p. 125). Esse é o caso da representatividade das associações, que, investigada com os depoentes, demonstrou-se imbricada em duas idéias.

Nas palavras de Manuel Vieira de Mendonça, ex-presidente da Associação Comercial de Diadema, a representatividade se traduz na importância da entidade e não no número de associados que a entidade representa.

“A associação tem uma representatividade grande, porém, quem ela representa, os associados, são poucos (...) e o que ela representa em si, é muito, porém, quem ela representa, de direito, acredito que seja entre vinte e vinte cinco por cento. Para se ter uma idéia, hoje, temos cinco mil pontos comerciais cadastrados na prefeitura e nós temos oitocentos e cinquenta associados” (Manuel Mendonça, 12 jul. 2006).

Pelos dados de Manuel Mendonça pode-se estimar que o percentual ficou entre 17% e 25 % de associados em relação ao total dos estabelecimentos comerciais cadastrados na prefeitura. No entanto, calculado pelo índice do IBGE, a partir do número de estabelecimentos do segundo e terceiro setor no município de Diadema, a ACE Diadema tem 8% de filiados em relação ao total de estabelecimentos cadastrados no município. Representação muito próxima tem a cidade de São Caetano com 7%; Santo André apresenta o melhor resultado, porém ainda reduzido a 15% de associados do total de estabelecimentos cadastrados na pesquisa 2004 do IBGE (2004)³. Tais dados demonstram que o percentual de empresas filiadas às associações em relação aos números de estabelecimentos existentes nas cidades é bastante baixo, dado a entender, por um olhar quantitativo, que a representação dessas associações é muito pequena.

Wilson Ambrósio da Silva, da ACISA, tem uma outra posição acerca das idéias de representação e representatividade, pois percebe-se que para ele o número de associados que se representa é o que dá a possibilidade de representatividade, mesmo que esse número não seja considerado alto. Para o gestor de Santo André, representação está intimamente ligada à efetiva participação dos associados:

“Quando você funciona em grupo, você tem uma representação muito mais forte, muito mais consistente, e através das opiniões ou da participação efetiva do quadro associativo é que permite você reivindicar (...) [No entanto,] é uma luta constante fazer com que os pequenos empresários possam entender a importância de estarem reunidos em uma associação” (Wilson Ambrósio da Silva, 13 jul. 2006).

De qualquer forma, o que se vê pelas diferentes versões é um consenso sobre o número de filiados, pois como Ambrósio e Mendonça, outros gestores salientam que há, efetivamente, um número baixo de filiação dos estabelecimentos às Associações. Eles alegam que a falta de entendimento dos empresários em geral sobre as possibilidades do associativismo e sobre a atuação das associações, somados a uma cultura individualista dos latino-americanos, é o fator que dificulta uma adesão mais expressiva. Sobre isso, Roberto

³ Pesquisa do IBGE para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/ Estrutura Empresarial 2004, disponível em www.ibge.gov.br/cidadesat.

Fiúza de São Caetano alega: “... a participação na associação, ela ainda é carente, mas tudo depende da conscientização” (Roberto Rodrigues Fiúza, 10 Jul. 2006). Da mesma forma Zoilo de Souza Assis, que dirige a ACISA desde 2007, declara “... os latinos não são adeptos ao associativismo, são individualistas, é cada um para si e Deus para todos, isso é realidade em todos os segmentos sociais...” (Zoilo de Souza Assis, 14 Jul. 2006).

Segundo os depoentes, esses números, relativos à adesão dos estabelecimentos comerciais e industriais na região do Grande ABC às associações, podem ficar ainda menores, se considerar a existência do comércio informal. Em Diadema, por exemplo, Manuel Mendonça diz haver um acréscimo de 200% no número de pontos de comércio, passando de 5.000 a 15.000, ao levar-se em consideração o “comércio informal” na sua cidade. Todavia, a ACE Diadema não permite a inscrição de comerciantes que estejam na informalidade, conforme declaração de Mendonça justificada pela ausência de controle sobre esse tipo de comércio e, implicitamente, pela concorrência desigual dos informais em comparação com os formais, isto é, legalizados. Uma vez que a estes últimos são cobradas diversas exigências legais, tributárias e trabalhistas, pois “*porque para ser comerciante eu tenho que pagar tributos, contratar pessoas, ter fiscalização e essas lojas não tem nada disso*” (Manuel Mendonça, 2006).

O comércio informal surgiu frente a crise econômica dos anos 80 que por sua vez gerou o desemprego. Com a dificuldade de se obter a carteira de trabalho assinada; prática típica do século XX que não tem seu espaço totalmente garantido no século XXI originou-se uma nova categoria, a dos camelôs. Apesar de ter em São Paulo camelódromos regularmente estabelecidos pela prefeitura, esse comércio ainda envolve uma série de questões legais e sociais, a partir da qual se optou nesse texto, apenas pontuar qual a relação destes com as associações da região. São Caetano do Sul, por exemplo, não menciona esse assunto, uma vez que a última revisão de seu estatuto aconteceu em 6 de março de 1991 e está vigente até hoje. Santo André não expressa essa proibição da participação de profissionais informais, em seu estatuto, porém conforme declarado em 3 de julho de 2006 por Luis Antonio Sampaio da Cruz, gerente executivo da ACISA, essa prática não é adotada.

O associativismo tradicional reúne pessoas para o enfrentamento de questões comuns, ou seja pessoas com os mesmos interesses, o que dá margem à constituição de outros grupos, também associados para busca de objetivos que, por vezes, focam interesses complementares ou contraditórios. Essa diversidade, ora benéfica pois propicia a multiplicidade de pontos de vista, leva também a embates grupais na disputa por espaços comuns, porém com posições antagônicas. Como consequência, tem-se questões das associações predominando no sistema e, portanto beneficiadas, enquanto em outras situações, percebe-se a rejeição ou negação de propostas ou mesmo a rejeição do grupo. Nesse sentido Whitehead (1999) aborda também essa questão quanto trata da relação da vida associativa e política.

[...] Qualquer que tenha sido o caminho histórico seguido, os padrões resultantes de vida associativa e comunicação social, serão altamente estruturados, com setores tradicionalmente mais favorecidos e centrais e outros marginais ou excluídos. Dependendo da localização de cada pessoa nessa estrutura de privilégios e oportunidades, e do grau de abertura e flexibilidade do sistema, é possível considerar a sociedade civil resultante tanto como a expressão mais autêntica e a garantia durável de uma democracia política, quanto como a mais flagrante negação de sua promessa universalista (Whitehead apud KERSTENETZKY, 2003, p. 138).

Outro grupo também rejeitado é o do pequeno comerciante, que tem dificuldade de participar conforme relatos dos depoentes; e isto pode ter raízes no

distanciamento do pequeno comerciante da associação uma vez que as associações comerciais são vistas como o espaço do grande comerciante e industrial.

“O que você não tem são os pequenos comerciantes de bairros, que muitas vezes não tem uma noção básica dos serviços que a entidade presta, [...] eles encaram que nós estamos representando muito mais essas lojas grandes, e na realidade ele é que deveria procurar muito mais, porque ele poderia ser um grande beneficiado” (Wilson Ambrósio da Silva, 13 jul. 2006).

Segundo o discurso de Fiúza, gestor em São Caetano do Sul em 1992, às vezes, as associações “amedrontam” o pequeno comerciante. Para ele

“O menor comerciante ou industrial, até os menores prestadores de serviço, quando são convidados a um debate, ficam até com medo, pensando que só vai ter gente importante lá, e isso não é verdade e a gente tem que tentar mudar esse conceito de as pessoas visualizarem a associação como um órgão inatingível” (Roberto Rodrigues Fiúza, 10 jul. 2006).

Percebe-se nessas narrativas que os gestores pouco orientam suas ações no sentido de promover a inserção do pequeno comerciante durante suas gestões. Vêem-se nos discursos, referências pontuais na busca pela participação desse grupo. Essa interpretação sugere que as políticas gestoras das associações comerciais de Santo André, São Caetano do Sul e Diadema não priorizam em suas intenções o associativismo entre pequenos e grandes empresários. Diante dessas ponderações, questiona-se sobre o perfil dessa pequena parcela de associados que formam os quadros dessas entidades. Essa resposta é dada por Ambrósio, de Santo André:

“[...] nós representamos quatro mil associados, quer dizer, quando você fala é uma parcela pequena, mas com certeza representamos toda a grande cadeia, então, por exemplo, todos os grandes empresários da indústria estão associados a nós, [...] todos os comerciantes de grande cadeia de loja e mesmo aquele de loja única mas que tem mais representação estão associados à ACISA” (Wilson Ambrósio da Silva, 13 jul. 2006).

Conforme visto na revisão da literatura exposta acima, acerca dos conceitos teóricos de associativismo, percebe-se um paradoxo entre as idéias de Silva (2001) que considera importante a diversidade dos agentes no ato coletivo e as expressões narrativas dos gestores aqui entrevistados que comentam sobre as rejeições de determinados grupos econômicos do setor. É um paradoxo o associativismo fundamentar-se na união de pessoas, conforme conceituação já citada de Peppe (1992), e ter índices tão baixos de participação. No entanto, o que se pode inferir é que os conceitos teóricos que se vêm desenvolvendo, atualmente, no campo da Administração, não estão sendo apropriados pelos gestores do Grande ABC, que ainda consideram associativismo unicamente como união e reunião de pessoas, em detrimento do conceito de novo associativismo, que engloba parcerias variadas e o tratamento de questões além das restritas ao mundo societário. Frases como: “... eu sempre acreditei que se unindo a gente fica mais forte”, de Manuel Vieira de Mendonça; ou “Não importa se é uma General Motors ou se é um pequeno comerciante, o que importa é ele participar, porque na hora o peso soma. Então isso que é importante no associativismo”, de Roberto Fiúza; e, ainda, “ninguém sozinho tem a força suficiente para pleitear o que quer que seja” de Wilson Ambrósio da Silva, corroboram para essa interpretação e levam as pesquisas

da área de gestão a refletir sobre os processos de comunicação entre as novas teorias em estudo e a prática associativista das pessoas nas cidades.

Conclusão

Por entre as enunciações e dissimulações há uma gama de representações que importa ao pesquisador compreender. Fez-se aqui, um recorte para focar as reflexões acerca das idéias de associativismo expressa nas narrativas e sua prática na rotina das associações, o que permite inferir sobre a existência de um distanciamento possível de ser encurtado, o que ampliaria os benefícios advindos da prática associativista a um maior número de atores das cidades.

As idéias narradas pelos gestores não confluem com as atuais tendências do novo associativismo que objetivam questões não restritas ao mundo societário, mas fomentam mudanças e melhorias no sistema político e econômico por meio de ações junto ao Estado e ao mercado, isso porque atualmente a sociedade tem outras necessidades, que se voltam para questões coletivas.

Os gestores entrevistados representam um grupo social e econômico específico, que hoje têm, em média, 60 anos. Atuaram em momentos de desenvolvimento industrial da região e professaram valores da sua época como a defesa de interesses grupais, antes de interesses coletivos, considerados agora numa visão mais ampla da comunidade.

Esses dados, informações e universos simbólicos demonstram os descompassos entre teoria e prática no campo do associativismo na região do Grande ABC e, o que eles contam acerca das suas ações na prática associativista expressam mais opiniões e valores de uma comunidade.

A importância de um trabalho com a metodologia da História Oral leva a perceber as necessidades das pesquisas científicas na Administração voltarem-se com mais simpatia para estudos que levam as subjetividades em consideração.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- _____. *Tratamento das entrevistas de história oral no CPDOC*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm>>. Acesso em: 11 jan. 2007.
- ALMOND, S.; VERBA, S. *The civic culture*. Princeton: Princeton University Press. 1963.
- ALVES, Luis Roberto. *Culturas do trabalho - comunicação para a cidadania*. Santo André: Alpharrabio, 1999.
- AVRITZER, Leonardo. Um desenho institucional para o novo associativismo. *Revista de Cultura Política*, São Paulo: Cedec, 1997, n. 39, p. 149-174.
- BAIERLE, Sérgio G. A explosão da experiência – emergência de um novo princípio ético-político nos movimentos populares urbanos. In: ALVAREZ, Sônia.; DAGNINO, Evelina.; ESOBAR, Arturo. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- BAPTISTA, Mário Martins. *As limitações e incertezas do associativismo empresarial*. 2005. Disponível em: < http://www.ordemeconomistas.pt/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1>. Acesso em: 28 nov. 2006.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade - lembranças de velhos*. 3 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- _____. *O tempo vivo da memória. Ensaios de Psicologia Social*. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988.
- CANTERLE, Nilsa Maria G. *A prática associativa e seus atores no processo de desenvolvimento*. Ensaio. Francisco Beltrão, Universidade Oeste do Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.gestipolis.com/canales3/eco/pratiass.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2002.
- FERREIRA, Marcelo Costa. Associativismo e contato político nas regiões metropolitanas do Brasil: 1988 a 1996. Revisitando o problema da participação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, out. 1999, v. 14, n. 41, p. 90-102.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- FRANTZ, Walter. *Desenvolvimento local, associativismo e cooperação*. 2002. Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso em: 10 nov. 2006.
- FREIRE, Paulo. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- FREITAS, Sônia Maria de. *História oral - possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Estrutura Empresarial 2004*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>> , acesso em: 16 jan. 2006.
- _____. *Pesquisa Mensal de Emprego (SUPPME) de abril de 1996*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/suppme/analiseresultados1.shtm>>. Acesso em: 09 dez. 2006.
- INDURSKY, F. A prática discursiva da leitura. In: ORLANDI, E. P. (org.). *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes, 1998.
- JAIME, Pedro. O empresariado e a questão social: apontamentos para a interpretação de um novo associativismo empresarial no Brasil. *Revista de Administração Pública*. São Paulo, 2005, v. 39, p. 939-978.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Associativismo e comportamento eleitoral na eleição de 2002. *Opinião Pública*. Campinas, out. 2004, v. X, n. 2, p. 254-267.
- KERSTENETZKY, Célia Lessa. Sobre associativismo, desigualdades e democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: out. 2003, v. 18, n. 53, p. 131-142.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e Memória*. 5 ed. Campinas: Ed.Unicamp, 2003.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Globalização comunicacional e transformação cultural*, In: MORAES, Dênis (org). *Por uma outra comunicação. Mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- PEPPE, Atílio Machado. *Associativismo e política - O caso da favela Santa Marta (RJ)*. 244 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de São Paulo. São Paulo: 1992.
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Defina seu negócio, tipos de negócios*. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/br/parasuaempresa/tiposdenegocios_56.asp>. Acesso em: 23 ago. 2006.
- SILVA, Marcelo Kunrath. *Construção da "participação popular": análise comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre*. 2001. 381 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- SILVA, Rosineide Guilherme. *Análise do discurso; princípios e aspectos gerais*. Congresso Brasileiro de Hispanistas, III. 2004. Santa Catarina. Disponível em: <http://www.lle.cce.ufsc.br/congresso/trabalhos_lingua>. Acesso em: 15 jul. 2006.

VELHO, Gilberto. *Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, v. 1.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Construindo memórias, tecendo trajetórias. *Revista Vivência*. Natal, 2005, n. 28, p. 115-122.

Fontes Orais

Luis Antonio Sampaio da Cruz. Entrevistado em: 03 de Julho de 2006. Manuel de Mendonça. Entrevistado em: 12 de Julho de 2006.

Roberto Rodrigues Fiúza. Entrevistado em: 10 de Julho de 2006.

Wilson Ambrósio da Silva. Entrevistado em: 13 de Julho de 2006.

Zoilo de Souza Assis. Entrevistado em: 14 de Julho de 2006.